

Análise Crítica da Narrativa da série de reportagens “Brasília na seca: um ano sem água”

Autores **Raylton Alves Batista & Dione Oliveira Moura**

Universidade de Brasília (UnB)

raylton@gmail.com; dioneoliveiramoura@gmail.com

Resumo Este estudo tem como objeto a série de reportagens “Brasília na seca: um ano sem água”, veiculada entre 16 e 20 de dezembro de 2017 pelo jornal Correio Braziliense em seu site. O objetivo deste trabalho é analisar a construção narrativa acerca do balanço do primeiro ano do inédito racionamento de água no Distrito Federal (DF), onde fica a capital do Brasil, Brasília, entre janeiro e dezembro de 2017. Esta escolha deve-se ao fato de que estudar narrativas auxilia a compreensão de quem somos e de como representamos o mundo e atuamos nele. Tal narrativa da crise hídrica concentrou-se em qual perspectiva? De que maneira as causas que levaram o DF a esta situação foram apresentadas na narrativa? Há polifonia de vozes? A partir do método da Análise Crítica da Narrativa, o estudo busca apresentar uma leitura de como o Correio Braziliense estruturou esta narrativa jornalística e como as questões que envolvem a água foram abordadas no caso desta crise hídrica. Na análise empreendida, é possível perceber como o veículo de comunicação situa a população como vítima da crise e as autoridades públicas como culpadas pela situação. Entre as metanarrativas identificadas, a que mais permeia as reportagens da série é a metanarrativa segundo a qual a morosidade governamental gera consequências danosas ao cotidiano dos cidadãos.

Palavras-Chave Jornalismo; Crise hídrica; Correio Braziliense; Análise Crítica da Narrativa; Narratologia.

Abstract This study focuses the news series "Brasília na seca: um ano sem água", published between December 16 and 20, 2017, by the newspaper Correio Braziliense on its website. The objective of this study is analyzing the narrative about the water rationing between January and December 2017 at the Federal District (DF), where's located the

capital of Brazil, Brasília. This choice is due to the fact that studying narratives assists the understanding of who we are and how we represent the world and act in it. Such a narrative of the water crisis is focused on which perspective? In which way have causes that led the DF to this situation been presented? Is there polyphony of voices? Based on the Critic Narrative Analysis method, the study aims to present a reading of how *Correio Braziliense* structured this journalistic narrative and how issues involving water were addressed in this case of water crisis. In this analysis, it's possible to see how the newspaper places population as a victim of the crisis and government authorities as guilty. Among identified metanarratives, it's possible to perceive that the series diffused the following metanarrative: governmental failures generate bad consequences in the daily life of citizens.

Keywords Journalism; Water crisis; *Correio Braziliense*; Critic Narrative Analysis; Narratology.

Introdução

Fundada em 1960, Brasília, capital do Brasil, situada no Distrito Federal¹ (DF), teve o primeiro racionamento de água de sua história iniciado em 16 de janeiro de 2017², devido à maior crise hídrica ocorrida na região até aquele momento. Com base na recuperação do volume armazenado nos reservatórios que abastecem o DF – em decorrência das chuvas e das obras para aumentar a oferta hídrica –, o governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, determinou a interrupção do racionamento na capital a partir de 15 de junho de 2018. A

¹ Brasília é a capital do Brasil e fica na região central do Distrito Federal (DF), que também possui cidades-satélites assim denominadas por orbitarem em torno da capital. Como Brasília e as cidades-satélites constituem um todo, que passou conjuntamente pelo racionamento, as palavras “Distrito Federal” e “Brasília” serão aqui utilizadas como sinônimos.

² No início do racionamento para os moradores abastecidos pelo reservatório do Descoberto, em 16 de janeiro de 2017, o volume útil acumulado era de 19,1% segundo dados da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA). Um ano antes, o volume era de 49,6%. Para a população abastecida pelo reservatório Santa Maria, o racionamento começou em 27 de fevereiro de 2017, quando o volume era de 46,5%. Em 28 de fevereiro de 2016 o armazenamento era de 80,8% – não é possível comparar com o dia 27 de fevereiro de 2016, pois este dado não consta do site da ADASA.

medida foi formalizada pela Resolução nº 13/2018³ da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA), órgão distrital responsável pela regulação dos serviços de saneamento e pela gestão de recursos hídricos. Durante o racionamento, de janeiro de 2017 a junho de 2018, os moradores das diferentes regiões do terceiro maior centro urbano brasileiro – onde vivem mais de 3 milhões de habitantes, população equivalente à da região metropolitana de Lisboa, Portugal – conviveram semanalmente com pelo menos 24 horas consecutivas de racionamento de água, conforme a Resolução ADASA nº 20⁴, de 7 de novembro de 2016.

Pelo fato de ser a primeira crise hídrica do Distrito Federal – embora a região tenha vivido períodos anteriores de seca, mas sem a necessidade de racionamento de água –, a imprensa brasileira⁵ tem realizado uma ampla cobertura jornalística da situação. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo realizar uma análise da narrativa do jornal local de maior tiragem, o *Correio Braziliense*. Segundo dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC)⁶, a publicação teve uma média diária de circulação de 38.894 exemplares em 2015: a 15^a maior entre os jornais brasileiros. As reportagens que compõem a série “Brasília na seca: um ano sem água”⁷, publicadas entre 16 e 20 de dezembro de 2017, serão analisadas na versão digital da publicação. A opção pelo formato *online* deve-se aos recursos multimídia que ele possui em comparação à versão impressa.

O estudo proposto tem como objetivo analisar a construção narrativa do *Correio Braziliense* acerca do balanço do primeiro ano do racionamento. Como questões de partida, buscamos verificar: tal narrativa da primeira crise hídrica na capital se concentrou em qual perspectiva? Do consumidor que recebe água em suas torneiras? Dos empresários que demandam a água como insumo para atividades econômicas? De que maneira as causas que

³ Retirado de: <http://www.adasa.df.gov.br/legislacao/resolucoes-adasa>

⁴ Retirado de: <http://www.adasa.df.gov.br/legislacao/resolucoes-adasa>

⁵ Gentílico referente a Brasília.

⁶ Retirado de: <http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2016/01/29/circulacao-digital-de-jornais-cresce-no-brasil.html>

⁷ Retirado de: <http://especiais.correio braziliense.com.br/um-ano-de-cri-se-hidrica-em-brasilia>

levaram o DF a esta situação – sob os aspectos de gestão, fatores climáticos, infraestrutura de saneamento, hábitos de consumo de água, entre outros – foram apresentadas na narrativa? Há polifonia de vozes? Deste modo, o trabalho busca apresentar uma leitura de como o jornal estruturou esta narrativa e como as questões que envolvem os recursos hídricos foram abordadas no caso da crise hídrica do Distrito Federal, Brasil.

Neste estudo, a Análise Crítica da Narrativa será o método utilizado. Desenvolvida pelo pesquisador brasileiro Luiz Gonzaga Motta (2013), esta abordagem metodológica permite a análise de narrativas jornalísticas, que, segundo o autor, reconstituem a história do presente. Para Motta, quem narra possui alguma intenção, que deve ser analisada, assim como as interpretações criativas do receptor. Estudar narrativas também auxilia a compreensão de quem somos, como representamos o mundo e como atuamos nele.

I. Revisão Teórica

I.1. O lugar dos estudos de narrativa nas controvérsias ambientais

A água, bem ambiental finito, tem sido objeto de controvérsias ambientais (Prette, 2000; Barban, 2009), as quais envolvem questionamentos, como: Qual o melhor uso da água? Como construir cenários sustentáveis para o consumo da água? Qual o papel de cada ator social neste processo? Quem arca com o ônus da escassez hídrica? A sociedade como um todo? O setor produtivo? Deve-se sobretaxar os maiores consumidores de água ou todos devem pagar igualmente pelo consumo do recurso? Projetos sustentáveis de uso da água devem ser estimulados através de incentivos fiscais?

Considerando que a água, como tema socioambiental, está envolta em controvérsias, consideramos que as narrativas em seu entorno trarão reflexões que também abarcam: Qual a forma mais justa de distribuir o ônus do racionamento dentre os diversos estratos da população? Por região? Por faixa de renda? Por áreas prioritárias? Por faixa de consumo? Que atores sociais se posicionam neste processo de racionamento? Quais narrativas ganham dominância? Quais são os protagonistas dessas narrativas? Quais cenários são os mais

retratados nas narrativas sobre a escassez de água? Quais são os personagens representativos dos diversos ângulos que envolvem as controvérsias em torno da escassez hídrica?

Neste contexto, é possível assumir como fato que a água é um bem finito e que o consumo do recurso é um dos grandes desafios do século XXI. A utilização da água também está envolta em disputas de poder socioeconômico e político, como demonstram diversos estudos (Barban, 2009; Welzer, 2010; Otalara e Carvalho, 2011). No caso específico do nosso estudo, sobre o racionamento de água no Distrito Federal (DF), pesquisas como a de Paviani (2003), dentre outras, apontam controvérsias nas quais a questão da água no DF está inserida:

Mas, como há outras questões ambientais, pergunta-se: por quê tanta preocupação com a saúde das águas do lago? Sendo ele um dos mais importantes cartões postais da cidade, servirá para atrair turistas, pescadores e velejadores? Ou o governo quer evitar a eutrofização(?) das águas e a proliferação de algas no lago, como aconteceu há 15 anos, quando o mau cheiro proveniente do lago atormentou os habitantes dos bairros do lago Sul e Norte? Outras questões são levantadas para pesquisas futuras como a qualidade da água potável servida à população do DF. Qual o comprometimento por poluição do lençol freático e das nascentes dos córregos e riachos tributários dos reservatórios utilizados para o abastecimento urbano? Qual a situação das barragens de Santa Maria e Santo Antônio do Descoberto, responsáveis por quase a totalidade da água tratada de Brasília? A agricultura praticada com defensivos agrícolas às margens desses reservatórios mereceria investigação mais acurada? Em termos de poluição ambiental com lixo urbano, esgoto a céu aberto e uso de pesticidas, qual a situação das terras agricultáveis? Qual o grau de impregnação no solo por agrotóxicos? Seria este problema irreversível ou há tecnologias capazes de atenuar esse sério problema ambiental? (Paviani, 2003, p. 73).

Portanto, a partir do exposto pelos estudos de Paviani (2003) e de Paviani e Gouvêa (2003), está bem estabelecido que, também no contexto do Distrito Federal, assim como nas dimensões global e nacional, a questão do consumo e racionamento da água está envolta em múltiplas controvérsias, jogos de forças, disputas de poder.

Após expormos a reflexão acima, na qual desenhamos um cenário prévio – as controvérsias ambientais em torno da escassez e do racionamento de água –, apresentaremos a seguir os princípios básicos norteadores da Análise Crítica da Narrativa.

I.2. Procedimentos metodológicos

Todorov (1970) afirma que a “ausência de narrativas é a morte”, dada a importância que o narrar tem para as sociedades. De modo complementar, Motta (2013) aponta como uma das razões para se estudar narrativas o fato de que elas auxiliam as pessoas na compreensão do sentido da vida. Também permitem aos indivíduos compreenderem quem são e como constroem suas autonarrações. O autor também propõe que as narrativas auxiliam a entender como os indivíduos representam o mundo, por que há representações fáticas e fictícias, como as pessoas representam o tempo, como as narrativas estabelecem consensos a partir de dissensos e como os indivíduos instituem representativamente o mundo e atuam nele. White (1981) afirma que as pessoas possuem um desejo de transformar eventos reais em estórias⁸, o qual pode ser identificado a partir da análise de narrativa.

A Análise Crítica da Narrativa configura-se como uma técnica hermenêutica, já que esta opera onde não há compreensão sobre algo. Motta define hermenêutica como “uma técnica de interpretação dos discursos a respeito de uma realidade constituída de fenômenos concretos e abstratos” (Motta, 2013, p. 124). Ricoeur define hermenêutica como a “teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação (da polissemia) dos textos” (Ricoeur, 1983). A partir desta ótica hermenêutica, Motta faz uma ponte para a

⁸ A palavra “estória” é utilizada para diferenciar as narrativas dramáticas, aqui analisadas, das narrativas da historiografia.

fenomenologia, que é a base para o método de Análise Crítica da Narrativa. Isso porque, para o autor, a fenomenologia permite alcançar o sentido da significação integral do discurso narrativo nos contextos social e histórico nos quais se insere.

A Análise Crítica da Narrativa observa os detalhes da estória analisada, sendo que cada um deles leva a novas interpretações, ou seja, a estória que serviu como ponto de partida se altera e passa a ser uma nova narrativa reconstruída pelo pesquisador. Tal processo dá-se sempre considerando a estória como um todo que não é fechado em si, mas como objeto que precisa ter sua produção e recepção analisadas, assim como os contextos cultural, social e histórico em que está inserido. Neste ponto, a metodologia se distancia da análise de narrativa desempenhada por autores estruturalistas, como Barthes et al. (1971), Bremond (1971) e Todorov (1970). No entanto, incorpora conceitos e procedimentos da teoria literária estruturalista aos procedimentos da Análise Crítica da Narrativa.

Motta (2013) ainda esclarece que a expressão “análise da narrativa” não é a mais adequada para nomear a metodologia em questão, pois indica que a narrativa em si é que será analisada como algo hermético. Para o autor, o mais correto seria utilizar a expressão “análise da comunicação narrativa”, já que o método focaliza a relação comunicativa entre narrador e destinatário num dado contexto, por meio da qual ocorre a construção compartilhada de sentidos. Este método pode ser aplicado às mais diversas narrativas fáticas ou fictícias, como reportagens, filmes, romances, entre outras.

Destarte, a Análise Crítica da Narrativa observa a comunicação narrativa relacionando-a ao seu contexto de produção pelo narrador e de recepção por parte do público da estória. Nesse sentido, o criador da Análise Crítica da Narrativa assim a define:

Entendo, portanto, como análise crítica da narrativa o estudo metódico, orgânico, rigoroso do processo de comunicação narrativa, que nasce da dúvida sobre o preestabelecido e persegue o conhecimento sistemático a respeito das relações históricas que configuram as estórias reais ou ficcionais. (Motta, 2013, p. 23)

O autor propõe, pois, que as narrativas podem ser analisadas por meio de três instâncias sobrepostas: plano da expressão, plano da estória e plano da metanarrativa. As três podem ser utilizadas para fins de Análise Crítica da Narrativa, sendo que a principal delas, afirma, é o plano da estória, que tem os outros dois planos como complementares.

O plano da estória (conteúdo) abrange a representação e o conteúdo da estória em si. É nesta instância que o analista investiga a lógica e a sintaxe narrativa e até que ponto elas manifestam as intencionalidades do narrador. Também é neste plano que podem ser percebidas a caracterização de personagens feita por quem narra, os principais conflitos, dentre outras estruturas que organizam a estória.

No caso do plano da expressão (do discurso), a linguagem é o principal objeto de análise. Assim, a forma como o narrador apresenta a estória ao seu destinatário é examinada. No caso da narrativa jornalística, este plano tem papel relevante, pois a retórica dos jornalistas utiliza-se bastante de recursos expressivos de linguagem em seus discursos para provocar determinados efeitos emocionais em seu público, como indignação, comoção, entre outros. Por intermédio desta instância, o analista pode trazer à luz as intencionalidades do narrador e suas estratégias discursivas.

Já o plano da metanarrativa (tema de fundo) contém questões éticas que o enunciador levou em conta ao narrar. Esta instância tem como foco a estrutura profunda da narrativa, que ativa o imaginário de seus destinatários. Sendo assim, uma reportagem sobre a prisão de políticos acusados de corrupção, por exemplo, pode ter como metanarrativa a concepção de que o crime não compensa.

Além das três instâncias mencionadas, a Análise Crítica da Narrativa, afirma Motta (2013), requer que o pesquisador utilize total ou parcialmente sete movimentos metodológicos a partir da análise dos planos da estória, da expressão e da metanarrativa. São eles: 1) compreender a intriga como síntese do heterogêneo; 2) compreender a lógica do paradigma narrativo; 3) deixar surgirem novos episódios; 4) permitir ao conflito dramático revelar-se; 5) entender o personagem como um ser existente tão somente na narrativa,

mesmo que haja um correspondente na realidade; 6) identificar as estratégias argumentativas do narrador; e 7) permitir que as metanarrativas afluam.

Para adequar os sete movimentos metodológicos à extensão deste artigo, a análise recai sobre o título de cada reportagem, o acontecimento-intriga⁹ que a motivou, os episódios que a compõem, os personagens presentes, os conflitos relatados, as metanarrativas existentes e os objetivos da pesquisa aplicados às reportagens da série especial analisada.

2. Análise e resultados

2.1 Reportagem “Obrigados a conviver com o racionamento”

O *corpus* desta Análise Crítica da Narrativa é composto por cinco reportagens veiculadas pelo jornal *Correio Braziliense*, entre 16 e 20 de dezembro de 2017, na edição *online* por esta conter recursos multimídia, os quais podem oferecer mais insumos para a análise. Assinados pelos jornalistas Flávia Maia e Pedro Grigori, os textos também constam das edições impressas do jornal nas mesmas datas.

A primeira reportagem da série especial do *Correio Braziliense* é intitulada “Obrigados a conviver com o racionamento”. Logo no título, os jornalistas autores prenunciam a linha de narração que coloca os moradores da capital brasileira afetados pelo racionamento de água como personagens que foram submetidos a uma situação desconfortável em função da inépcia dos órgãos governamentais responsáveis pela gestão de recursos hídricos e de saneamento no Distrito Federal para evitar o problema.

Esta reportagem publicada em 16 de dezembro de 2017 foi motivada a partir do acontecimento-intriga representado pelo racionamento de água no DF, situação que alterou a rotinas dos moradores de Brasília, os quais nunca haviam passado por situação semelhante. A estrutura de episódios da narrativa começa com uma contextualização sobre o início do racionamento na capital, passando pela adaptação dos moradores à nova realidade, a

⁹ Para Motta (2013), o acontecimento-intriga é o todo orgânico construído pelo narrador e seu público a partir das causas, antecedentes e consequentes dos acontecimentos narrados.

ampliação do racionamento para regiões inicialmente não afetadas, além dos marcos do agravamento da crise hídrica no Distrito Federal e seus impactos sobre o racionamento.

Na reportagem “Obrigados a conviver com o racionamento”, os autores colocam os moradores do Distrito Federal como personagens principais na condição de vítimas da restrição do abastecimento de água, que acontecia por, no mínimo, 24 horas consecutivas a cada semana. Também reforçam a corrida inicial da população em busca de formas de armazenamento de água por medo da falta do recurso, a resiliência e a criatividade dos cidadãos para enfrentar a escassez hídrica por meio de mudanças de hábito no uso cotidiano da água. A narrativa também posiciona a promotora de Meio Ambiente do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), Marta Eliana, como protagonista que atua em prol dos interesses da população, principalmente a menos abastada, conforme fica claro em frase da promotora contida na reportagem: “Pessoas com nível de renda menor acabaram mais penalizadas porque não tinham o reservatório. As de melhor renda aumentaram a sua capacidade.”

Por outro lado, os jornalistas do *Correio Braziliense* conferem ao Governo do Distrito Federal (GDF) e à Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB) papéis de vilões e atribuem a ambos a responsabilidade pela crise hídrica local. Para reforçarem este sentido, os jornalistas informam que o racionamento foi decretado pelo Governo e colocado em prática pela empresa de saneamento. Outro traço da vilania da CAESB apontado no texto é a opção – supostamente mais política do que técnica – da empresa em poupar as regiões mais ricas da capital no primeiro momento do racionamento, escolha questionada pelo MPDFT.

A primeira reportagem da série do *Correio Braziliense* apresenta como principais conflitos questões de cunho socioeconômico. Com isso, a narrativa informa que o Governo do Distrito Federal adotou o racionamento, em janeiro de 2017, primeiramente em regiões de menor poder aquisitivo e abastecidas pelo reservatório do Descoberto, o maior da capital, contrariando a posição do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que era favorável à implementação do racionamento em todo o DF. Em fevereiro de 2017, o Governo

ampliou o rodízio de abastecimento para as regiões de maior poder aquisitivo da cidade, abastecidas pelo reservatório Santa Maria.

Motta (2013, p. 198) afirma que os recursos argumentativos estão presentes em todo texto jornalístico. Nesse sentido, a reportagem do *Correio Braziliense* reforça o questionamento dos critérios supostamente socioeconômicos e elitistas adotados pelo GDF e pela CAESB ao excluir do racionamento a Esplanada dos Ministérios – zona de Brasília onde ficam os órgãos públicos máximos do Executivo, Legislativo e Judiciário. Para criar efeitos de real e como parte de sua estratégia retórica, o texto recorre a dados de consumo de água, os quais apontam que as regiões mais ricas de Brasília são as que mais consomem água por habitante. Assim, logicamente, a narrativa apresenta como contrassenso as decisões tomadas, as quais parecem poupar os moradores das regiões mais abastadas da capital brasileira. Tanto o GDF quanto a CAESB apresentam seus argumentos para excluir do racionamento as zonas mais ricas, mas de maneira indireta – por meio do relato dos jornalistas do *Correio Braziliense*. Portanto, com menos peso do que a abordagem que aponta para um elitismo nesta decisão.

Motta (2013, p. 204) afirma que toda narrativa contém um fundo moral ou uma razão ética que a situe. Nesta linha de pensamento, Frye (1999) deixa evidenciado que as categorias mitológicas e ideológicas – como os desejos, esperanças ou vontades – inspiram as histórias e conformam desde a literatura até o jornalismo. No caso da reportagem “Obrigados a conviver com o racionamento”, uma das metanarrativas identificadas é a lógica de penalização dos brasileiros mais pobres pela inércia governamental em resolver os problemas que afligem à sociedade. Como consequência deste sentido, a narrativa reforça a percepção que no Brasil o próprio Estado poupa de situações inconvenientes as parcelas mais abastadas da sociedade. Outra metanarrativa que transparece é a de que os brasileiros precisam resolver por conta própria os problemas que seriam de responsabilidade governamental e que os cidadãos são resilientes a situações difíceis. Na história em questão, há, ainda, uma metanarrativa segundo a qual economizar água vale a pena, pois esta atitude traz benefícios econômicos e ambientais aos usuários de recursos hídricos.

Conforme os objetivos desta pesquisa, verificamos que a reportagem em questão centrou-se na perspectiva de moradores – especialmente – e empresários abastecidos pela água da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal. O texto também indica como fatores causadores da crise hídrica de Brasília as chuvas que caíram abaixo da média entre 2016 e 2017, o que resultou no baixo nível dos principais reservatórios que abastecem a capital brasileira: Descoberto e Santa Maria. A narrativa possui uma polifonia de vozes, sendo que praticamente todas as fontes entrevistadas falam sobre as dificuldades causadas pelo racionamento ou as medidas de adaptação à situação. Uma promotora pública tem fala contrária à forma de condução da crise pela CAESB e pelo GDF, que se justificam indiretamente por meio do relato dos jornalistas do *Correio Braziliense*. A partir de falas convergentes à narrativa, ocorre uma consolidação da realidade que os jornalistas autores constroem para seus leitores, sendo que o poder narrativo do jornalista está na construção da estória, segundo Motta (2013, p. 229).

2.2. Reportagem “O papel de cada um na economia de água”

Em 17 de dezembro de 2017, o *Correio Braziliense* deu continuidade à série de reportagens com um texto intitulado “O papel de cada um na economia de água”. Com este título, os jornalistas autores indicam que a reportagem aborda o papel que a sociedade e o Governo do Distrito Federal possuem no contexto da crise hídrica local. No entanto, conforme será explicado adiante, os sentidos contidos no desenrolar da estória caminham em outra direção. O acontecimento-intriga que motiva esta reportagem é a combinação das chuvas abaixo do esperado com a morosidade governamental em adotar o racionamento a fim de garantir a oferta de água para a população brasiliense por mais tempo. O primeiro episódio da estória diz respeito à inércia do Governo do Distrito Federal na tomada da decisão de iniciar o racionamento. Na sequência é possível identificar o episódio em que o GDF expõe os motivos para somente ter adotado o rodízio no fornecimento de água no início de 2017 e não ainda em 2016, quando se iniciou a crise hídrica.

Nesta reportagem, os jornalistas colocam especialistas na área de recursos hídricos e a promotora de Meio Ambiente do MPDFT, Marta Eliana, na posição de protagonistas a partir de uma sequência de questionamentos à condução da crise hídrica tanto pelo GDF quanto pela Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal e pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (ADASA). Estes órgãos governamentais, ao contrário, são configurados como os vilões responsáveis pela consolidação da crise hídrica em Brasília, sendo que os dirigentes da CAESB e da ADASA têm voz e são apresentados como figuras neutras e técnicas, diferente do que acontece com as instituições que eles representam. No rol de protagonistas também está uma moradora que adota medidas domésticas para se adaptar ao racionamento.

Na reportagem “O papel de cada um na economia de água”, o principal conflito se refere à percepção de especialistas e moradores de Brasília de que o Governo do Distrito Federal demorou para implementar o racionamento na capital brasileira, o que é rebatido pelos órgãos governamentais responsáveis pela gestão de recursos hídricos. Como razão para a letargia do Governo, os especialistas consultados pelo *Correio Braziliense* apontam que critérios políticos se sobrepuseram na tomada de decisão sobre medidas para redução do consumo de água no DF. Em contraposição a este ponto de vista, o veículo de comunicação dá espaço para que os gestores públicos expliquem que o momento de implementação do racionamento foi pautado por motivos de ordem técnica e com o intuito de preservar os brasilienses dos dissabores provocados pelo rodízio no fornecimento de água.

Uma das metanarrativas que podem ser inferidas da narrativa é que até a população – maior prejudicada pelo racionamento – tem a noção da importância da medida para preservar os estoques de água do Distrito Federal pelo máximo de tempo possível. Como contradição a esta consciência social, os jornalistas demonstram uma atitude governamental no sentido de evitar o racionamento – e seus eventuais custos políticos. Outra metanarrativa da reportagem permite ao leitor inferir que o governo distrital colocou em risco a segurança hídrica da capital por questões de cunho eleitoral.

A perspectiva da reportagem se dá em torno do olhar de especialistas no assunto, os quais questionam a gestão de recursos hídricos do Distrito Federal. Um deles, Sérgio Koide, professor da Universidade de Brasília (UnB) até concorda com o início do racionamento ter acontecido em janeiro de 2017. No entanto, o acadêmico aponta a insuficiência das medidas adotadas no contexto da crise hídrica: “Só o racionamento não resolve mais”.

Como motivos para a crise hídrica no Distrito Federal, a narrativa elenca os investimentos públicos insuficientes em infraestrutura para aumento da oferta de água, as chuvas abaixo do esperado, o baixo nível dos principais reservatórios de água de Brasília, o planejamento insuficiente e a gestão de recursos hídricos baseada em critérios políticos ao invés de critérios técnicos.

Há uma polifonia de vozes, sendo que as falas contrárias à gestão de recursos hídricos pelo GDF se sobressaem claramente. Sobre esta questão, Motta (2013, p. 113) afirma que as vozes predominantes na narrativa revelam as estratégias argumentativas dos narradores. No que diz respeito à conscientização dos leitores no tocante à importância dos recursos hídricos, a reportagem exemplifica medidas de uso racional adotadas por uma moradora local e aborda o papel da água como importante insumo para a realização de atividades econômicas.

2.3. Reportagem “Erros que se repetem”

A terceira reportagem da série, intitulada “Erros que se repetem”, foi publicada no *Correio Braziliense* em 18 de dezembro de 2017. No título, os jornalistas autores indicam que o foco narrativo incide principalmente sobre a recorrência de equívocos governamentais, ambientais e sociais em torno da preservação de fontes hídricas. Como acontecimento-intriga que motivou a produção deste texto, está a ocupação irregular das margens do reservatório de Corumbá IV, no Estado de Goiás, que poderá se tornar um dos principais mananciais para abastecimento do Distrito Federal.

Esta narrativa é constituída de quatro episódios: a especulação imobiliária e a ocupação irregular das margens do manancial, os riscos ambientais que o reservatório corre, as alternativas ambientalmente corretas para Corumbá IV e as incertezas relacionadas às obras do Sistema Produtor Corumbá – iniciadas no início dos anos 2000 e até hoje inacabadas.

Entre os personagens desta estória, o Ministério Público de Goiás (MPGO) desempenha o papel de herói ao combater o loteamento das margens de Corumbá IV, que fica no Estado de Goiás e próximo ao Distrito Federal. Outro protagonista desta narrativa é o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), instituição federal que atua para coibir os crimes ambientais em torno do reservatório, segundo informa o texto.

Nesta reportagem, empresas que vendem áreas em volta de Corumbá IV e moradores que compram estes terrenos são enquadrados como vilões que causam impactos ambientais ao manancial, pois a vegetação das margens é removida para a construção de casas, o que deixa o lago sujeito a danos ambientais, como o assoreamento. O Governo de Goiás, responsável pela fiscalização e preservação de Corumbá IV, também desempenha um papel de vilão devido a sua inércia ante o problema da ocupação irregular das margens, conforme relata o *Correio Braziliense*. O Governo do Distrito Federal também pode ser percebido como vilão por ainda não ter concluído as obras do Sistema Produtor Corumbá, juntamente com o Governo de Goiás, e por ter permitido a ocupação irregular em torno de reservatórios dentro de seu próprio território.

Outra categoria de personagens é composta por especialistas na área de recursos hídricos, que abordam alternativas para que o manancial seja utilizado de modo sustentável e em consonância com a legislação ambiental brasileira. Os jornalistas autores utilizam, ainda, fontes anônimas que vivem na região do reservatório da usina hidrelétrica de Corumbá IV, que denunciam a ocupação irregular das margens.

Na reportagem “Erros que se repetem”, o conflito mais evidente gira em torno da dicotomia entre os interesses econômicos do mercado imobiliário e os impactos ao meio

ambiente decorrentes desta atividade, realizada em desacordo com a legislação ambiental brasileira no entorno da usina. Outro conflito concernente ao reservatório de Corumbá, presente no texto, diz respeito ao equilíbrio entre a utilização da água para abastecimento e outras finalidades, como geração de energia hidrelétrica para aproximadamente 2 milhões de pessoas.

Também há conflitos na narrativa jornalística sobre o Sistema Produtor Corumbá, que abastecerá parte do DF e cidades de Goiás que ficam no Entorno da capital. Os jornalistas põem em dúvida em seu discurso narrativo se as águas do manancial goiano¹⁰ chegarão, de fato, às torneiras dos moradores das regiões mencionadas, já que as obras do Sistema estão em andamento desde o início da década passada e as margens do lago estão degradadas. Ainda como incerteza, a reportagem coloca em pauta a questão da relação entre os governos do Distrito Federal e de Goiás, já que a água sairá de municípios goianos até chegar ao DF. Destarte, a notícia aponta que qualquer ocorrência em território goiano não poderá ter atuação direta por parte do GDF, como é o caso da ocupação irregular das margens de Corumbá IV.

Como metanarrativa desta reportagem, fica manifesto para o leitor que o Estado é moroso para solucionar os problemas que afligem a sociedade, como é o caso da inação para conter a degradação em volta do reservatório de Corumbá IV e da demora na conclusão do Sistema Produtor Corumbá. Outra metanarrativa é que a busca pelo lucro deixa questões ambientais em segundo plano. Uma terceira metanarrativa é que cabe ao Estado garantir a preservação dos recursos hídricos.

A perspectiva da reportagem dá-se sob o ponto de vista de quem espera que Corumbá IV tenha condições de abastecer parte do Distrito Federal e resolver temporariamente a crise hídrica da região. No decurso desta narrativa jornalística, o texto veiculado no *Correio Braziliense* aponta que o DF deixou de buscar novos mananciais devido à expectativa pela chegada das águas de Corumbá IV, o que ainda não aconteceu. A narrativa

¹⁰ Gentílico referente ao Estado de Goiás, Brasil.

também cria o sentido de que a ação inadequada da população em relação aos recursos hídricos, combinada com a inépcia governamental, pode inviabilizar o abastecimento de água pelo manancial em questão.

É possível identificar uma polifonia relativa de vozes. As entrevistas foram realizadas principalmente com especialistas, os quais apontam alternativas para conciliar os interesses econômicos e as questões ambientais referentes a Corumbá IV. Duas fontes anônimas da região do reservatório são utilizadas pelos jornalistas do *Correio Braziliense* para contextualizar para o leitor como é a realidade da região. Sobre este ponto, Motta argumenta que: “A identificação sistemática de lugares (onde) e de personagens (quem) também cumpre uma função argumentativa: localiza, situa, transmite a ideia de precisão, causa a impressão de que o narrador fala de coisas verídicas, realisticamente situadas” (Motta, 2013, p. 202).

2.4. Reportagem “Gastos com a crise hídrica são sete vezes maior do que nos últimos 15 anos”

A penúltima reportagem da série “Brasília na seca: um ano sem água” foi publicada pelo *Correio Braziliense* em 19 de dezembro de 2017 com o título “Gastos com a crise hídrica são sete vezes maior do que nos últimos 15 anos”. Neste ponto de partida da narrativa, os jornalistas autores destacam a concentração de investimentos do Governo do Distrito Federal entre os dois anos da crise hídrica, 2017 e 2018, em comparação com os valores destinados, entre 2000 e 2015, às obras para aumentar a oferta de água e garantir a segurança hídrica da capital brasileira.

O acontecimento-intriga que motivou a publicação desta reportagem é a crise hídrica de Brasília, que fez com que o GDF desembolsasse sete vezes mais recursos para obras de infraestrutura hídrica nos dois anos de crise em comparação aos 15 anos anteriores à situação. Para estruturar esta estória, os jornalistas narraram o contexto da segurança hídrica local antes da crise de 2016/2017 como episódio inicial. O texto segue com as ações do governo distrital para aumentar a oferta de água para a população local. Em seguida há uma abordagem sobre a expectativa pela chegada das águas do Sistema Produtor Corumbá.

Por fim, há um episódio dedicado a elucidar como o racionamento de água causou prejuízos a empresários brasileiros e como os empreendedores mudaram hábitos de consumo para poderem contornar os infortúnios da crise.

Entre os personagens que compõem a narrativa, a promotora de Meio Ambiente do MPDFT, Marta Eliana, assume um papel de heroína, assim como na primeira reportagem da série, já que fala em nome da instituição que evitou a construção de um novo bairro em área de manancial. Tanto a Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal quanto o GDF voltam a ser retratados na estória na condição de vilões. Ambos são apontados como responsáveis pela crise hídrica de Brasília por não terem investido preventivamente para evitar a situação, que causou prejuízos para os moradores e empresários da capital. Para contextualizar esta situação, os narradores recorrem a relatos de especialistas em recursos hídricos e dados oficiais de instituições, como a ADASA, a Federação das Indústrias do Distrito Federal (FIBRA), a Federação do Comércio do Distrito Federal (FECOMÉRCIO) e a Secretaria de Agricultura do Distrito Federal. Uma categoria de personagens marcante nesta narrativa diz respeito a empresários e representante de entidade patronal, sendo que todos são retratados como vítimas da crise e falam sobre as medidas de adaptação ao racionamento e os prejuízos decorrentes da nova realidade causada pela escassez hídrica. O conflito principal que transparece ao leitor é a inércia do Governo do Distrito Federal em tomar atitudes para prevenção à crise hídrica e a falta de planejamento para evitá-la. Como consequência, a reportagem cria o sentido de que coube aos órgãos governamentais adotar medidas emergenciais, o que seria evitado se investimentos para a ampliação da oferta hídrica tivessem sido feitos tempestivamente. A narrativa confronta os argumentos de especialistas que criticam a gestão de recursos hídricos e a posição governamental sobre as medidas adotadas para mitigar a situação.

Para Motta (2013, pp. 199-200), o jornalismo ancora seu relato no presente para relatar o passado e antecipar o futuro. Nesse sentido, há conflitos referentes ao passado e ao futuro do abastecimento de Brasília, ambos ancorados no presente. A reportagem retroage para contar o que o GDF deixou de fazer para evitar a crise e apresenta uma

projeção sobre os riscos que a capital brasileira corre de passar por uma nova crise hídrica num futuro próximo, caso o planejamento de recursos hídricos siga ineficaz. Especificamente sobre o passado, há conflitos secundários relacionados ao Sistema Produtor Corumbá, pois esta obra de infraestrutura é apresentada como um engodo político, pois não será capaz de suprir a demanda de água do DF por 100 anos, como anunciado por políticos locais no início da década passada, segundo um dos especialistas entrevistados. Além disso, é questionada a opção de Brasília em buscar água fora de seu território, em Goiás, onde legalmente não possui governança.

Outro conflito perceptível na estória diz respeito à interferência política na Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal em detrimento da adoção de opções eminentemente técnicas para garantir a segurança hídrica da capital. Na construção da reportagem, os jornalistas do *Correio Braziliense* apresentam, ainda, os impactos econômicos da crise hídrica à economia local.

Uma das metanarrativas presentes pode ser traduzida por um dito popular brasileiro: “Prevenir é melhor do que remediar”. Isso fica evidenciado na construção narrativa devido à crítica aos investimentos emergenciais em obras de infraestrutura hídrica quando a crise já estava instalada. A ideia de que falta planejamento de longo prazo ao Estado está manifesta, assim como a noção de que a água só se torna uma prioridade na agenda política quando ocorre desabastecimento. Assim como em outras reportagens da série, é possível identificar a metanarrativa segundo a qual a população sempre paga pela inércia governamental em solucionar desafios.

Esta narrativa jornalística é elaborada segundo a perspectiva de especialistas e de promotora pública, os quais questionam a gestão de recursos hídricos do DF. A estória também é contada a partir da ótica dos empresários locais, que necessitam da água como insumo para suas atividades. Entre os fatores que culminaram na crise hídrica, o texto aponta para a falta de ações governamentais tempestivas em termos de planejamento, gestão e investimentos adequados em obras que garantissem a segurança hídrica. Assim como as demais reportagens da série, há uma polifonia de vozes de autoridades públicas, especialistas,

empresários e representante de entidade patronal. O viés das falas é fundamentalmente crítico à atuação governamental na gestão de recursos hídricos. Por fim, esta narrativa é formulada de modo que o leitor tenha elementos para perceber a importância econômica da água por se tratar de um insumo essencial para diversos tipos de atividades, como: salões de beleza, indústrias e restaurantes.

2.5. Reportagem “O racionamento na pauta das eleições”

Com o título “O racionamento na pauta das eleições”, a última reportagem do *Correio Braziliense* na série especial “Brasília na seca: um ano sem água” traça uma projeção sobre o papel que a temática da crise hídrica poderia adquirir nas eleições para o Governo do Distrito Federal em outubro de 2018. Assim, as repercussões políticas e eleitorais da crise se constituem no acontecimento-intriga que levou os jornalistas autores a abordar o tema.

Esta narrativa contém como episódio inicial as conjecturas de especialistas sobre os efeitos políticos da crise hídrica na agenda política do DF numa perspectiva de eleições em 2018. Os narradores também dedicam uma seção que informa como os políticos enfrentaram os desafios relacionados à segurança hídrica em Brasília desde a inauguração da capital, em 1960, pelo então presidente da República, Juscelino Kubitschek. O texto se encerra com um episódio sobre a ação dos moradores locais para garantir o próprio suprimento de água durante o racionamento.

O único personagem individual que pode ser identificado como herói é José Gonçalves do Nascimento, técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER-DF) que desenvolveu um trabalho para dar segurança hídrica a pequenos produtores rurais. A população da capital também é apresentada positivamente por ter reduzido o consumo *per capita* de água durante a crise. Por outro lado, o governador do Distrito Federal, Rodrigo Rollemberg, e o ex-governador Joaquim Roriz desempenham papéis de vilões, pois a estória permite ao leitor constatar que erros de suas gestões conduziram o Distrito Federal à crise hídrica. Especialistas novamente são entrevistados e expõem suas avaliações sobre a crise. Seguindo a tônica da série, um produtor rural participa

da estória como beneficiado pela ação da EMATER-DF, o que lhe proporcionou a construção de um reservatório de água em sua propriedade.

A narrativa jornalística tem como característica contrapor personagens como opositores e isso fomenta oposições e dualismos artificiais na vida política contemporânea (Motta, 2010). Nesta questão, Schmitt (2009) considera que o antagonismo entre amigos e inimigos é uma forma de diferenciação na luta pela hegemonia e poder no campo político.

No caso desta reportagem, um dos conflitos propostos ao leitor é de que opositores ao Governo do Distrito Federal durante a crise e especialistas em recursos hídricos apontam que a gestão de água é mais pautada por motivações políticas do que por critérios técnicos. Os jornalistas também evidenciam a insuficiência das ações em prol da gestão de recursos hídricos em Brasília ante o crescimento populacional, que acontece continuamente desde a inauguração da capital brasileira em 1960.

Uma metanarrativa que perpassa esta reportagem é a de que a crise hídrica pode ser a porta de entrada da água entre os temas mais relevantes da agenda política do Distrito Federal. A leitura de que é histórico o problema da falta de planejamento para garantir a segurança hídrica em Brasília também é possível. Outra narrativa de fundo proposta pelos jornalistas autores aponta que os governantes locais apenas priorizam questões referentes aos recursos hídricos quando eles se tornam escassos.

A última reportagem da série especial é construída a partir dos cenários que especialistas traçaram para o peso político da crise hídrica nas eleições de 2018 para o Governo do Distrito Federal. Outra ótica considerada foi a relação histórica dos governantes locais com a temática da água. Uma terceira perspectiva é a dos moradores, retratados como os principais afetados pela escassez hídrica.

Novamente a falta de planejamento e de investimentos para garantir a segurança hídrica em Brasília aparece nesta narrativa como fator preponderante que levou a capital ao racionamento de água. Inclui-se, ainda, a questão da falta de prioridade política para assegurar a oferta adequada do recurso à população local. Os narradores também levam aos leitores a concepção de que a solução para a crise hídrica depende de múltiplas variáveis.

Nesta reportagem as vozes predominantes são de especialistas, mas também há espaço para a promotora pública de Meio Ambiente do MPDFT, Marta Eliana, e para um produtor rural que conta como sua situação melhorou mesmo com a crise hídrica. Esta polifonia fica clara principalmente nas falas dos especialistas, visto que há diferentes visões sobre como a crise hídrica poderia entrar na pauta política prioritária do Distrito Federal no horizonte eleitoral de 2018. No aspecto de conscientização dos leitores sobre a importância do uso racional da água, o texto do *Correio Braziliense* cria o sentido de que a água deve ser debatida como um tema prioritário da agenda política, pois a escassez gera prejuízos às atividades econômicas e à qualidade de vida dos brasilienses.

3. Considerações finais

A série “Brasília na seca: um ano sem água” adotou a perspectiva dos consumidores de água, como moradores, empresários e agricultores do Distrito Federal. Uma constante identificada nos textos analisados é a representação dos moradores e empresários brasilienses na condição de vítimas dos efeitos negativos do racionamento em seu cotidiano. Como a crise foi de disponibilidade hídrica e de abastecimento, os jornalistas configuram a narrativa de modo a colocar a água que chega às torneiras dos brasilienses numa posição central. No entanto, o aspecto dos hábitos de consumo do recurso pelos cidadãos passa à margem das histórias publicadas.

O papel de vilão – com base no instrumental da Análise Crítica da Narrativa para identificar tal perfil – é atribuído às autoridades públicas atuais e do passado responsáveis pela crise hídrica no Distrito Federal. Neste sentido, o planejamento insuficiente, que culminou na falta de alternativas para garantir a segurança hídrica da capital, é apontado como principal fator que desencadeou a crise hídrica. Uma das razões apontadas durante a série de reportagens para esta inépcia governamental é a adoção de critérios mais políticos do que técnicos na tomada de decisão sobre os rumos da segurança hídrica local. O fator climático chuva é mencionado no contexto da crise, mas numa condição secundária, como um dos motivos que levaram à escassez hídrica.

Especialistas, principalmente acadêmicos, são utilizados fartamente para reforçar os sentidos criados pelas reportagens. Os entrevistados questionam medidas de gestão de recursos hídricos adotadas pelo Governo do Distrito Federal na condução da crise hídrica e apontam caminhos para que a capital brasileira não passe novamente por um racionamento de água. No caso do Ministério Público, o papel desempenhado é o de herói que atua para resguardar o interesse público quando o Estado ou particulares ameaçam direta ou indiretamente o abastecimento público de água.

Existe uma polifonia de vozes, principalmente aquelas que ratificam a narrativa do *Correio Braziliense* aqui analisada. Os gestores públicos têm um espaço significativamente menor e suas falas conotam uma postura defensiva de quem está ciente do problema da crise hídrica e que atua para solucioná-lo ou mitigá-lo.

Por meio da série, a relação comunicativa entre narradores e leitores permite a coconstrução de sentidos que levam à conscientização do cidadão comum quanto à importância do uso racional da água e da preservação do recurso em atividades cotidianas dentro e fora do ambiente doméstico.

A opção pela versão *online* do jornal, ao invés da edição impressa, deveu-se ao caráter multimídia da *web*. Além dos textos, fotos e gráficos, os jornalistas autores incluíram vídeos às reportagens, que estão publicados no *YouTube*. Como estes materiais foram utilizados de modo incipiente – vídeos curtos, trêmulos, sem refinamento e com pequena contribuição para a narrativa como um todo –, tais conteúdos não foram considerados nesta análise.

Referências Bibliográficas

Barban, V. (2009). Fórum Mundial da Água: questões fundamentais e muitas controvérsias. *REDD, Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, Araraquara, v.1, n.2, jan./jul., 1–13. Retirado de: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/viewFile/1737/1416>.

Barthes, R. et al. (1971). *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes.

Análise Crítica da Narrativa da série de reportagens “Brasília na seca: um ano sem água” | Raylton Batista & Dione Moura

Bremond, C. (1971). A lógica dos possíveis narrativos. In: Barthes, R. et. al. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes.

Frye, N. (1999). *Fábulas da identidade*. São Paulo: Nova Alexandria.

Motta, L. G. (2010). Enquadramentos lúdico-dramáticos no jornalismo. In: Miguel, L. F.; Biroli, F. *Mídia, representação e democracia*. São Paulo: Hucitec.

Motta, L. G. (2013). *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Otalara, A. P.; Carvalho, L. M. de. (2011, setembro). O tema água nos livros didáticos de ciências da natureza, o cotidiano (global-local) e as questões ambientais. A pesquisa em educação ambiental e a pós-graduação no Brasil. *Anais do IV Encontro “Pesquisas em Educação Ambiental”*. Ribeirão Preto, SP, Brasil. Retirado de: http://www.epea.tmp.br/viepea/epea2011_anais/busca/pdf/epea2011-0171-1.pdf.

Paviani, A. (2003). Brasília no contexto local e regional: urbanização e crise. *Revista Território*. Rio de Janeiro, Ano VII, n.11, 12 e 13, set./out., 63–72.

Paviani, A.; Gouvêa, L. A. de C. (Orgs.) (2003). Brasília: controvérsias ambientais. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

Prette, M. E. del. (2000). *Apropriação de recursos hídricos e conflitos sociais: a gestão das áreas de proteção aos mananciais da região metropolitana de São Paulo*. 2000. 192 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Ricoeur, P. (1983). *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Schmitt, C. (2009). *O conceito do político*. São Paulo: Del Rey.

Todorov, T. (1970). *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva.

Welzer, H. (2010). *A guerra da água: por que mataremos e seremos mortos no Século XXI*. São Paulo: Geração Editorial.

White, H. (1981). The value of narrative in the representation of reality. In: Mitchell, W. J. T. (ed.) *On narrative*. Chicago: University of Chicago Press.

Informações sobre o autor:

Raylton Alves Batista é graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Católica de Brasília (UCB) e atualmente cursa o mestrado em Comunicação na Universidade de Brasília (UnB). Desde 2006 atua na Assessoria de Comunicação Social da Agência Nacional de Águas (ANA).

Dione Oliveira Moura é professora e pesquisadora em Comunicação na Universidade de Brasília (UnB). Possui doutoramento em Ciências da Informação e mestrado em Comunicação, ambos pela UnB. Moura é graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás (UFG).